

VALOR COMPARTILHADO

ANO 8- Nº 17 - Maio de 2022



TECENDO REDES
PROGRAMA JOVEM
APRENDIZ REALIZA
ALIANÇAS INTERSETORIAIS
PARA TRANSFORMAR
VIDAS DE JOVENS!

NA PRÁTICA
CONFIRA DICAS PRECIOSAS PARA A
CAPTAÇÃO DE RECURSOS!

FORMAÇÃO
SAIBA COMO FUNCIONA O CONSELHO
DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E
DOS ADOLESCENTES

6.5

SEJAMOS ALDEIA

Um ditado africano muito sábio ensina que é preciso uma aldeia para criar uma criança. No Brasil, há alguns anos entendemos que é preciso um sistema para garantir os direitos de todas as crianças e adoles-

centes. Aqui, no CeMAIS, entendemos que é em rede que fortalecemos as organizações sociais de atendimento a crianças e adolescentes. Esta é uma edição especial da Valor Compartilhado, em que trazemos

a temática da garantia dos direitos das crianças e adolescentes e é uma meta do projeto Rede Criança e Adolescente - Fomentando OSCs.

Na seção Cá entre Nós, convidamos você a conhecer um pouco mais sobre esse projeto que conta com o fomento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte e destinação das empresas Vale e Cemig. Por meio do projeto, identificamos o desejo de as organizações sociais obterem mais informações sobre captação de recursos e, por isso, trazemos na seção Na Prática um artigo imperdível da professora e captadora de recursos Júnia Esteves.

Para fortalecer a atuação das organizações no Conselho Municipal de Direitos das Crianças e dos Adolescentes, na seção Formação, convidamos Fábio Feitosa e Marcelo Oliveira para dissertar sobre este importante espaço de participação social. Em Diálogos com a Universidade, o professor e cientista Luiz Carlos Dias nos ensina sobre a importância da vacinação infantil.

Descobrimos, em Tecendo Redes, que é por meio das alianças intersetoriais que o programa Jovem Aprendiz transforma a vida de adolescentes e jovens de todo o Brasil. Em Realizando Sonhos, somos encantados com a história de Izabella Lisboa, uma jovem trabalhadora e cheia de sonhos, atendida pelo Instituto Mano Down.

Os desafios de manter o atendimento durante a pandemia é o tema do Terceiro Setor em Foco, em que contamos com a contribuição do Instituto Oportunidade Social, com a experiência de se reinventar para seguir com sua missão de formação de jovens para o mercado de trabalho.

Preparamos com muito carinho esta edição para você se inspirar e seguir conosco construindo redes e pontes para sermos uma grande aldeia, responsável por garantir, com prioridade absoluta, os direitos das nossas crianças e adolescentes!

6 CÁ ENTRE NÓS

Um compromisso coletivo com as infâncias e juventudes

9 NA PRÁTICA

Fontes de Captação de Recursos para as Organizações do Terceiro Setor voltadas a projetos para Crianças e Adolescentes

13 TECENDO REDES

Aprendizagem como modelo de transformação social

19 TERCEIRO SETOR EM FOCO

Formar jovens para o mercado de trabalho na pandemia
desafiou o IOS a superar barreiras sociais

24 REALIZANDO SONHOS

A pessoa em primeiro lugar

28 FORMAÇÃO

Conselho de Direitos: Mobilização, Inovação e Convergência

32 DIÁLOGOS COM A UNIVERSIDADE

A importância da vacinação infantil contra a COVID-19

EXPEDIENTE

VALOR COMPARTILHADO



MARCELA GIOVANNA



ALINE SEOANE



USTANE MARTINS



DELÂNZIA JUNHO



VALDA MACIEL



VIRGÍLIO GARCIA



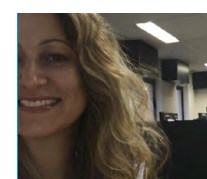
LUCIANA ALVES



POLLYANA RODRIGUES



LUIZ CARLOS DIAS



JÚNIA ESTEVES



MARCELO OLIVEIRA



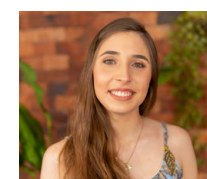
FÁBIO FEITOSA



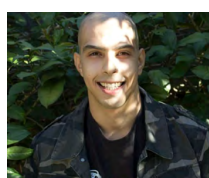
JÊNNIFER RODRIGUES



MARIANA PIMENTA



SOFIA FUSCALDI



EDUSÁ



DIRETORA-PRESIDENTE CeMAIS



DIRETORA-EXECUTIVA CeMAIS



DIRETORA-FINANCEIRA CeMAIS



COORDENAÇÃO EDITORIAL



ARGUMENTAÇÃO



EQUIPE PROJETO REDE CRIANÇA E ADOLESCENTE FOMENTANDO OSCs



COLABORAÇÃO



DESIGN E ILUSTRAÇÕES

cemais.org.br/valorcompartilhado | valorcompartilhado@cemais.org.br

Esta edição da Revista Valor Compartilhado foi financiada pelo projeto Fomentando as OSCs em Prol das Crianças e Adolescentes de Belo Horizonte, realizado pelo CeMAIS, com fomento do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte e Prefeitura de Belo Horizonte e destinação das empresas Vale e Cemig.

UM COMPROMISSO COLETIVO COM AS INFÂNCIAS E JUVENTUDES



“Ser criança é ter liberdade para viver a infância com qualidade. Ser criança é ter direito à moradia adequada, à alimentação saudável e a uma boa educação. Ser criança é poder ser amado, protegido e feliz. Simples assim.” - Isa Colli, jornalista e escritora brasileira.

Zelar pelas nossas crianças e adolescentes é crucial para o desenvolvimento sustentável da sociedade em que vivemos. E o cuidado começa com a garantia de direitos. Com esse olhar para o protagonismo das infâncias e juventudes, o CeMAIS desenvolve o programa Rede Criança e Adolescente, que tem como foco promover o fortalecimento das organizações sociais e redes de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes.

Em setembro de 2021, demos início ao projeto Rede Criança e Adolescente Fomentando OSCs, com o objetivo de desenvolver ações de qualificação e assessoria às Organizações da Sociedade Civil de atendimento a crianças e adolescentes que atuam em Belo Horizonte. O “Fomentando OSCs” foi inspirado em uma pesquisa realizada como ação de um outro projeto desenvolvido pelo CeMAIS em 2019, que mostrou que mais de 70% dos atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de Crianças e Adolescentes em Belo Horizonte e na Região

Metropolitana apontam a falta de formação e captação como principal fragilidade desse sistema. Para atender essa demanda, o Rede Criança e Adolescente se propõe a identificar organizações sociais de atendimento a crianças e adolescentes no município, promover capacitação e apoio técnico para as OSCs participantes, além da difusão de informações acerca da gestão institucional.

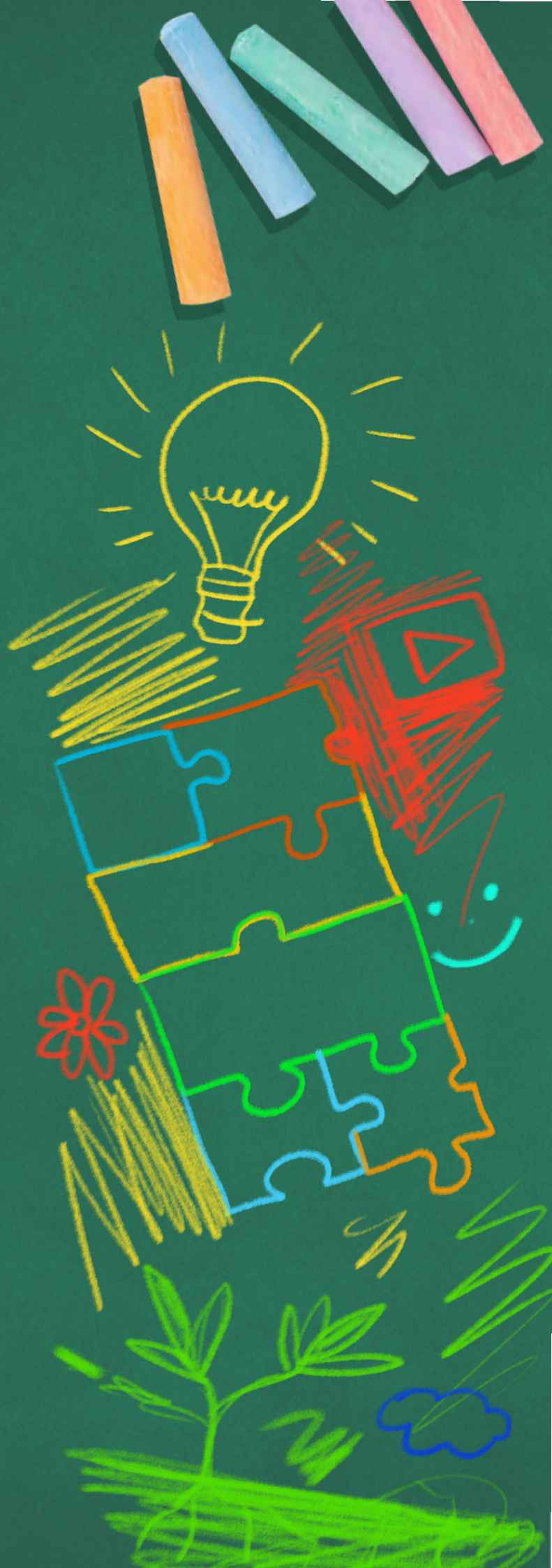
Contando com o fomento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte (FMDCA-BH), do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-BH) e da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), além do patrocínio da Vale e da Cemig, a equipe do projeto já realizou um mapeamento de organizações sociais de atendimento a crianças e adolescentes em Belo Horizonte e um diagnóstico com as organizações, compilando dados para melhor atender às demandas atuais



das instituições. A partir do diagnóstico, a equipe identificou necessidades como suporte para captação de recursos, dúvidas referentes ao cadastro junto ao CMDCA e ao Conselho Municipal de Assistência Social e a solicitação de formação em escrita de projetos. As informações coletadas foram utilizadas para a criação de conteúdos relevantes às organizações. Mensalmente, o projeto publica materiais de apoio e indicações de conteúdos fundamentais para a gestão mais eficaz das OSCs no site e nas redes sociais do CeMAIS, além da produção de 75 edições do Boletim Rede Criança e Adolescente, enviadas semanalmente para aproximadamente 1.200 contatos de OSCs de atendimento a crianças e adolescentes.

Além da produção de conteúdos on-line, o projeto também realizou duas capacitações técnicas para OSCs nos meses de fevereiro e março, chamadas de Jornadas de Conhecimento Compartilhado (JCC). No total, 26 organizações participaram, encaminhando 105 pessoas para diferentes módulos de formação. Durante as Jornadas, identificou-se a demanda de criação de uma rede de contato entre as organizações para fortalecimento e troca de experiências, e a equipe do projeto já se disponibilizou a intermediar a formação desta rede.

A partir do mapeamento e dos contatos realizados, também foi possível verificar um processo de fragilização das OSCs com os impactos da pandemia, confirmando a importância e relevância desse projeto. O apoio e fortalecimento dessas organizações é fundamental para garantir os direitos das milhares de crianças e adolescentes atendidos por essas OSCs. Com atuação integrada e gestão estratégica, é possível nos aproximarmos, cada dia mais, de uma sociedade sustentável, que cresce sem deixar ninguém para trás.



FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR VOLTADAS A PROJETOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Júnia Esteves*

Existe, no Brasil, uma carência de conhecimento técnico sobre fontes de recursos disponíveis para instituições do Terceiro Setor em seus projetos voltados para Crianças e Adolescentes. Essa afirmação é deflagrada nos baixos índices de aprovação e execução de propostas. Outra lacuna é o desconhecimento da nossa sociedade acerca das doações incentivadas, de qualquer pessoa, física ou jurídica, que pode destinar seus impostos.

Em nossa constituição, “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” e o FDCA – Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – foi idealizado para receber doações dedutíveis do imposto de renda tanto de pessoas físicas quanto de jurídicas nos limites de 6% e 1%, respectivamente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que as doações devem ser direcionadas aos fundos dos direitos da criança e do adolescente, constituídos

nas esferas federal, distrital, estadual e municipal. Para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), essa é uma forma de viabilizar seus projetos, mas para isso é preciso que as instituições se cadastrem nos conselhos.

Para doar é simples e seguro, basta entrar no programa da Receita Federal, preencher as informações, selecionar “Fichas da Declaração”. O sistema da Receita Federal calculará a doação. Imprima o Darf - Documento de Arrecadação – que deve ser pago até a data-limite para entrega da declaração. Se a doação incentivada tiver sido feita no ano anterior, basta lançar na declaração na ficha “Doações Efetuadas” e selecionar o código do fundo. As doações deverão constar na ficha “Doações Diretamente na Declaração”, quando o doador poderá escolher entre os fundos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Além das doações incentivadas para o Fundo da Criança e do Adolescente, existem diversas outras fontes das quais as OSCs podem captar recursos, como os programas disponibilizados na Plataforma Mais Brasil para instituições públicas e privadas sem



Foto: Cadu Guedes

fins lucrativos para a execução de projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros do Orçamento Fiscal.

O que poucas instituições sabem é que também podem gerar seus próprios recursos vendendo seus serviços e produtos e obter uma receita para a manutenção operacional, não vinculada a programas ou projetos específicos, desde que obedecidas as finalidades descritas no Estatuto. Alguns exemplos de produtos e serviços que a instituição pode oferecer: palestras, oficinas, workshops, cursos, artesanato, adesivos, camisas, agendas e eventos beneficentes, como bazar, marketing digital ou até mesmo podem explorar uma marca ou licença de uso de algum produto. Se a organização possui algum espaço ocioso ou subutilizado, pode locar e gerar receita.

Uma das fontes mais acessadas de recursos são os editais de empresas públicas e privadas de diversos segmentos que selecionam projetos. Os editais são

chamadas públicas nos quais as regras são explicadas. A utilização de editais é um procedimento que denota transparência e democracia. Uma dica é não deixar para fazer a inscrição da proposta no último dia e reconhecer que nem todo edital é adequado para o seu projeto.

Outra fonte de recurso que pode ser explorada é o financiamento coletivo – a contribuição de pessoas que acreditam no projeto. Para isso, é preciso elaborar um projeto e cadastrar a proposta em um site de financiamento coletivo. Existem várias opções para a instituição escolher e é importante descrever a meta, o prazo e as recompensas para os doadores. Se o objetivo for alcançado no prazo, os recursos serão repassados para o projeto, caso contrário, os valores serão devolvidos.

A Emenda Parlamentar é uma importante fonte de recursos para viabilização dos projetos das instituições. Trata-se de um instrumento do Congresso

Nacional de articulação dos parlamentares (deputados federais e senadores). A dica é pesquisar na sua região quais são os parlamentares que articulam recursos, quais os planos de governo em seu mandato e agendar uma visita de apresentação da instituição e dos projetos. As Emendas Parlamentares são solicitadas entre os meses de março e abril, a depender da data de sanção da LOA – Lei Orçamentária Anual.

São mais de 20 fontes de Captação de Recursos disponíveis no Brasil. A sugestão para as instituições do Terceiro Setor é que invistam em capacitação da equipe técnica e na elaboração de um Plano de Captação de Recursos a fim de minimizarem a carência de conhecimento técnico em nosso país, abrindo as possibilidades de haver mais projetos executados, transformando as vidas das nossas crianças e adolescentes e o futuro do nosso país.

Para saber mais, inscreva-se no canal do Youtube, ou siga nossos perfis no Instagram: @estevesjunia @captacaorecurso

*Júnia Esteves é palestrante e professora de captação de recursos e elaboração de projetos, captadora de recursos, consultora em planejamento estratégico, presidente do Instituto Vem Viver e diretora de planejamento e gestão estratégica da Otimiza Consultoria e Capacitação. Capacitou mais de 3 mil alunos em captação de recursos e atuou em mais de 400 projetos.

APRENDIZAGEM — COMO MODELO DE — TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Sofia Fuscaldi*

Como o programa Jovem Aprendiz atua de forma intersetorial para a inserção de jovens no mercado de trabalho



Projeto Conexão e Trabalho, da CDM - Foto: Leandro Perez

Vivia Santos é uma jovem de 18 anos que trabalha como aprendiz em uma empresa em Curvelo (MG) e, atualmente, cursa Direito na Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (FASIC). Ela conta sobre o seu percurso profissional e qual foi a importância de cada passo para chegar onde está hoje.

Em 2019, Vivia participou da **Mentoria de Empregabilidade**, iniciativa para jovens de 15 a 18 anos desenvolvida pela [CDM - Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana](#), que auxilia estudantes do Ensino Médio a aprimorarem competências como o trabalho em equipe, o diálogo, a responsabilidade, a criatividade e a argumentação, além de promover o

autoconhecimento, a autoestima, o relacionamento interpessoal e a gestão do tempo, sempre com foco no protagonismo dos estudantes e no fortalecimento dos vínculos entre a família, a escola e a comunidade. “A Mentoria me impactou de uma forma muito boa, eu aprendi a ter confiança em mim, porque eu não tinha nenhuma, e lá eu fiz apresentações para várias pessoas, e isso foi mudando, eu consegui me sobressair. Eu não conseguia conversar com as pessoas, minha voz não saía, eu tinha uma crise de pânico basicamente, lá consegui me desenvolver. Eu não deixei de ser tímida, mas hoje em dia eu sei lidar, no primeiro encontro eu não consegui falar, eu só tremia. Foi visível a mudança”, relata a estudante.



Vivia Santos na Formatura do Curso Mentoria e Empregabilidade - Fotos: Arquivo CDM



A **CDM** é uma associação sem fins lucrativos que, há mais de 35 anos, contribui para a promoção do desenvolvimento de pessoas e territórios. No ano de 2021, a instituição implementou seis projetos voltados para a empregabilidade e preparação para o mercado

de trabalho, com um total de 489 mentorias realizadas e 459 beneficiados. Mais de 30 participantes foram contratados como aprendizes e, além disso, diversos jovens se engajaram em trabalhos próprios, fomentando o empreendedorismo local.

“Os programas de aprendizagem proporcionam a oportunidade de inserção do adolescente no mercado formal, protegendo este público de possíveis situações de violação. Garante ainda a oportunidade de desenvolvimento de importantes habilidades e competências para a vida profissional, consolidando conteúdos teóricos e práticos”, Adriana Alves, Coordenadora de Projetos da CDM.



Sarah Santos, aprendiz - Foto: IVECO/Divulgação
Aprendizes na IVECO - Foto: IVECO/Divulgação

Sarah Santos, uma jovem de 19 que mora em Sete Lagoas (MG), é aprendiz na IVECO, empresa fabricante de veículos. Além do sobrenome, Sarah compartilha de uma história semelhante a de Vivian. Em abril de 2021, ela entrou no Próximo Passo, programa de responsabilidade social da IVECO, cuja gestão é feita pela CDM. Dentro do programa, ela participou do projeto Conexão e Trabalho.

Sarah começou a trabalhar como aprendiz na IVECO no início de 2021, por meio do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Dentro do Conexão e Trabalho, ela teve uma visão mais ampla do mercado de trabalho e passou a conhecer me-

lhor a empresa na qual trabalha. Durante o curso, Sarah teve contato com gerentes e outros colaboradores da IVECO. “Hoje em dia, o meu currículo é mais completo por causa das aulas. O Conexão me ajudou a ter uma visão melhor sobre a minha carreira. Eu não queria faculdade, não sabia se eu faria um técnico, hoje eu tenho uma visão diferente”, ela conta. Atualmente, após conhecer a IVECO e trabalhar na Manutenção Industrial da empresa, Sarah pensa em cursar uma faculdade de Administração. Para ela, a Administração permite uma liberdade de experimentar vários ramos dentro do mercado de trabalho, sendo muito necessária, tanto em pequenas empresas como em multinacionais.

A pandemia da Covid-19 trouxe diversas dificuldades para a vida da Sarah. Quando a pandemia começou, ela estava no 3º ano do Ensino Médio e ficou um ano sem aulas presenciais. Foi nesse contexto que Sarah começou a participar do Jovem Aprendiz. “Eu estava sem convívio social, sem rotina nenhuma, sem visão para o futuro. A pandemia fez isso com a gente. O Jovem Aprendiz me deu um foco, e o Conexão me ajudou muito a socializar e debater com as pessoas. O que mudou foi que eu comecei a ter mais independência financeira. Apesar de eu ainda precisar muito da minha mãe para algumas coisas, eu consigo ajudar a minha mãe a pagar algumas coisas ou evitar de pedir dinheiro pra ela. Além disso, está me ajudando muito a ter disciplina. Na pandemia, eu não tinha mais horário para dormir, não tinha horário para acordar, desenvolvi ansiedade e perdi o contato com o exterior. E o trabalho começou a me dar essa disciplina de estar lá no horário. Eu percebi que eu realmente tinha que ir não só porque eu ia perder dinheiro, mas quando eu vi que o que eu faço tem muita importância para a empresa”, ela relata.

A Vivia também traz a ajuda financeira como um ponto extremamente positivo para dar sequência na sua carreira profissional:

“Mesmo tendo feito o vestibular, tem uma porcentagem que eu pago na faculdade. Se não fosse o Jovem Aprendiz, acho que eu não estaria fazendo faculdade por agora.”

Jovem Aprendiz: uma estratégia para o futuro dos nossos jovens

O Programa Jovem Aprendiz foi criado em 2000, a partir da Lei de Aprendizagem, nº 10.097, para estimular empresas e órgãos públicos a contratar estudantes de 14 a 24 anos de idade e pessoas com deficiência, priorizando jovens de famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa. Seu objetivo é combater o trabalho infantil, oferecendo a possibilidade de um caminho seguro para a inserção do jovem no mercado de trabalho, por meio de um processo educacional voltado para o desenvolvimento profissional.

“O Jovem Aprendiz está sendo muito bom, porque a cada dia é um novo desafio que se transforma em um novo aprendizado. Tenho certeza que eu não vou esquecer!”, Vivia Santos, aprendiz.

A Lei de Aprendizagem exige que o aprendiz esteja matriculado no ensino regular e garante que o jovem contratado receba o proporcional ao salário mínimo pelas horas trabalhadas e também outros direitos trabalhistas, como vale-transporte, 13º salário, férias e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Tudo devidamente registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

A legislação também estabelece que qualquer empresa, com pelo menos sete funcionários, tem que contratar jovens aprendizes, oferecendo diversos benefícios às empresas contratantes. A proposta é integrar o estudo e a prática, não exigindo experiência de trabalho anterior. O Programa assegura:

- Carga horária de trabalho reduzida;
- Proteção ao trabalho em ambientes perigosos ou insalubres;
- Proibição ao trabalho em horários que não permitam a frequência escolar;
- Formação técnico-profissional por meio de cursos profissionalizantes.

IMPORTÂNCIA DA INTERSETORIALIDADE NA GARANTIA DE DIREITOS

“O poder público e as alianças intersetoriais contribuem para fortalecer o Jovem Aprendiz a partir da sensibilização de empresas para a importância social dos programas de aprendizagem e para a responsabilidade formativa prevista, que transcende a necessidade de cumprimento de cotas. Essa intersectorialidade também contribui estimulando a efetivação dos aprendizes após o contrato de aprendizagem e realizando o acompanhamento dos adolescentes e jovens inseridos no programa, garantindo sua adaptação ao ambiente de trabalho e mitigando possíveis riscos de evasão ou quebra de contrato. Além disso, as alianças entre governo, empresas e organizações sociais auxiliam no alinhamento das diretrizes da educação com a realidade mercadológica, para que o ingresso em programas de aprendizagem não implique nenhuma perda na rotina escolar”, Adriana Alves, Coordenadora de Projetos da CDM.

Na IVECO, empresa na qual a Sarah é aprendiz, a intersectorialidade do Programa está presente.

Os cursos profissionalizantes obrigatórios para o Jovem Aprendiz são realizados por duas organizações parceiras e o processo seletivo prioriza jovens

da comunidade local. Alguns colaboradores que estão na empresa hoje começaram sua trajetória como aprendizes.

Jaqueline Gazire atua há seis anos como Analista de Responsabilidade Social na IVECO e ela observa que

“após serem selecionados, alguns jovens se sentem deslocados e falta disciplina e comprometimento com algumas tarefas. Porém, durante o Programa, estes pontos são trabalhados para que todos possam se sentir realmente integrados à empresa, compreendendo a importância que têm e a importância da atividade que realizam. Com o passar do tempo, vemos jovens mais responsáveis, maduros e, muitas vezes, que nos surpreendem com o desempenho”.

Uma personalidade importante neste processo de adaptação é a pessoa gestora que acompanha o jovem durante toda a trajetória de aprendizagem, assumindo a responsabilidade de cuidar, ensinar, treinar e ajudar aprendizes dentro da empresa.

Carla Teixeira, colaboradora da IVECO há mais de 12 anos, atua no setor de manutenção industrial e é ela quem acompanha o percurso da Sarah e de outros aprendizes dentro do setor. Sobre sua experiência com os aprendizes, Carla fala dos desafios e benefícios: “Tive o prazer de gerenciar mais de quatro aprendizes nos últimos anos e a felicidade de ver uma jovem ser contratada. É grande o desafio de conciliar as atividades diárias, como reuniões, gestão e liderança da equipe de manutenção e auxiliar os jovens aprendizes. O setor de manutenção tem uma rotina muito intensa e requer que várias habilidades sejam desenvolvidas, tais como comunicação, gestão das tarefas e proatividade. Com o tempo, todos vão se familiarizando e se integrando às atividades e conhecimentos necessários. Sempre busco passar o conhecimento e a experiência adquirida para estes jovens e contribuir para que se desenvolvam no local de trabalho. Acredito que desta forma, não só os preparo para a atuação diária, como os ajudo também na formação profissional para o futuro.”

Para os adolescentes que estão pensando sobre o futuro, a Sarah e a Vivia deixam recados importantes:

“Não tenham dúvida, entrem no Programa. Ajuda muito na questão pessoal e no mercado de trabalho. Você pode ser tímido, mas tem que deixar um pouquinho de lado, traz muita prática que a gente leva para o resto da vida. A dica que eu dou é: participem. Não tenham dúvida, entrem, é a certeza que vai dar certo.” - Vivia Santos

“Um conselho que eu dou para quem está iniciando como aprendiz é: Se você conseguir, poupe pelo menos um pouquinho do salário por mês. Às vezes, você pode sair desse processo e pode ser muito difícil encontrar emprego. O desemprego no Brasil está muito alto. Mas o maior conselho que eu posso dar é: Aproveite! Aproveite o que você tem agora, tente tirar o máximo de conhecimento dos seus superiores e tente mostrar seu potencial.” - Sarah Santos



*Formada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e técnica em administração, trabalha com comunicação social para o Terceiro Setor na empresa Nenhum Destes e atua como criadora de identidade visual e ilustradora freelancer. É membro da coletiva feminista de Lagoa Santa “As Luzias”, núcleo municipal da União Brasileira de Mulheres (UBM).

FORMAR JOVENS PARA O MERCADO DE TRABALHO NA PANDEMIA DESAFIOU O IOS A SUPERAR BARREIRAS SOCIAIS

Pollyana Rodrigues*





Podcast, videocast, aulas síncronas, assíncronas, Google, Teams, Youtube, Zoom, silêncio em casa, espaço para poder se concentrar, liberdade para trabalhar. Professor virou aluno, buscou atualizações, aprendeu sobre edição, som e iluminação, vídeos e, assim, passou a assumir novos papéis na educação.

Além das novidades com que os professores precisavam lidar, os novos desafios dos alunos, como acesso à internet, falta de equipamentos para acompanhar as aulas e busca de espaço para estudar de casa. As formas de ensinar e de aprender se transformaram.

O IOS (Instituto da Oportunidade Social), que já formou 42 mil novos profissionais para o mercado de trabalho em Administração e Tecnologia, além das dificuldades técnicas, precisou enfrentar tam-

bém a desigualdade social durante a pandemia, que resultou em uma taxa de 51% no índice de evasão dos alunos. O maior impacto nesse indicador ocorreu no primeiro semestre de 2020, quando foi preciso migrar do modelo presencial de aulas para o remoto de forma urgente e não prevista pelos alunos matriculados.

Os motivos relatados eram a falta de equipamentos para acompanhar as aulas, de acesso à internet, ambiente adequado para concentração e ainda a necessidade de ajudar os pais nas tarefas de casa, além da falta de disciplina para acompanhar o novo formato das aulas.

Foi preciso atuar frente a essas barreiras para dar continuidade à formação profissional dos alunos.

Por isso, no segundo semestre, o curso foi totalmente remodelado. Passou a ser semipresencial para atender tanto às necessidades de formação profissional quanto os cuidados com a saúde.

A forma de ensinar estava em transição. Foi preciso tornar o ensino mais dinâmico e atrativo em tempos de isolamento social. A equipe de desenvolvimento de conteúdo do IOS adotou métodos que comparam e aproximam a realidade do dia a dia do aluno com a vivência corporativa. Além disso, o IOS disponibilizou chip de internet para aproximadamente 40% dos alunos, com acesso exclusivo à plataforma dos cursos em formato on-line. Nesse cenário, os patrocinadores do IOS, privados e públicos, apoiaram as estratégias educacionais e participaram ativamente de forma voluntária e assistencial. Graças às parcerias, foi possível levar conteúdo on-line aos alunos matriculados, doar cestas de alimentos, higiene, gás e chips de internet gratuita para as diferentes unidades do Instituto.

As medidas reduziram de 51% para 30% a taxa de evasão – ainda elevada para os padrões do IOS, que sempre figurou entre 15% e 18%. Os professores quebraram de vez as barreiras tecnológicas na educação.

Antes era preciso pedir para o aluno desligar o celular durante as aulas e depois da pandemia o movimento passou a ser exatamente o contrário.

Os cerca de 50 professores do IOS utilizaram muito mais materiais didáticos em vídeos e proporcionaram ambientes de simulação para que os alunos pudessem praticar com mais realidade. Além da possibilidade de utilizar outras mídias como o podcast, que permite ao aluno visitar o conteúdo da aula no melhor horário para ele e, com isso, oferecer mais autonomia aos estudantes, também passaram a usar o videocast, com todas as vantagens do podcast somadas à acessibilidade para os alunos com deficiências auditivas.

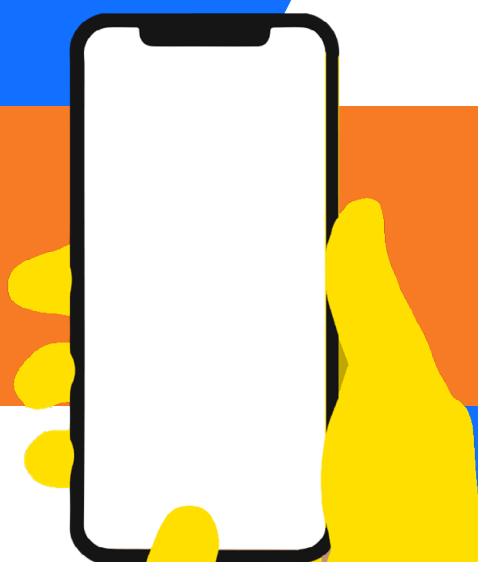
Para essas mudanças, os professores precisaram ser alunos e estudar as diferentes plataformas para entender as necessidades, as dificuldades, assumindo ainda mais a função de “pontes de conhecimento” ao invés de “detentores do conhecimento” que mantinham antes do novo formato.

Para a aluna formada pelo IOS, Mickaella dos Santos Gomes, o curso significou o início de uma carreira

de muitos aprendizados, estudos e desenvolvimento. Hoje, graças ao programa de oportunidades do IOS ela já está empregada na TOTVS. “Descobri que quero muito crescer em tecnologia, tem muitas oportunidades nessa área e a dinâmica é bastante empolgante”, declara a jovem.

Esse trabalho foi fundamental no período mais crítico da pandemia, para auxiliar nas demandas relacionadas à ansiedade, depressão, conflitos familiares, defesas de direitos, dificuldade de aprendizagem, inclusão, diversidades e demais situações que possam interferir no bom desempenho nas aulas.

“A formação de jovens em vulnerabilidade social para o mercado de trabalho abre um novo capítulo na educação a partir do modo on-line imposto pela pandemia, com o desafio de enfrentar um inimigo tão persistente e devastador quanto o vírus: a desigualdade social do Brasil”, afirma a superintendente do IOS, Kelly Lopes.



Em 2021, o IOS completou 10 anos em Belo Horizonte, totalizando 1.636 jovens e pessoas com deficiência formados. Desse total, cerca de 1.100 conquistaram seu primeiro emprego com a ajuda do IOS, ou seja, a cada 10 alunos formados, 7 conseguiram uma oportunidade de trabalho.

Foi o caso de Erika Monique, 18 anos. Ela decidiu fazer um curso para buscar mais qualificação para conseguir uma oportunidade de trabalho. Por indicação de uma amiga, ela conheceu o IOS e realizou dois cursos seguidos, ambos com foco em administração e tecnologia. Em 2020, ela conseguiu seu primeiro emprego como jovem aprendiz na área de RH. Na sua opinião, o IOS a ajudou a identificar sua vocação para atuar nessa área e a definir como próximo passo na sua carreira o ingresso na universidade para cursar Gestão em Recursos Humanos.

A pandemia acelerou a digitalização das empresas, e as OSCs não ficaram de fora dessa necessidade. De acordo com a superintendente, o IOS chegou ao final de 2020 sem deixar nenhum aluno, família, parceiro ou participante para trás. A retomada dos indicadores de impacto de 2021 aos patamares de 2019 fica clara nos resultados apresentados no Relatório Anual da Organização disponível no site: www.ios.org.br.

Políticas públicas e projetos como os do IOS, direcionados aos jovens, são base para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. “É importante reforçar que, cada vez mais, a atuação conjunta de OSCs, como o IOS, com os setores da economia, com objetivos comuns de formação de jovens, se faz necessário e urgente para impulsionar o futuro da força de trabalho do nosso país”, conclui Kelly Lopes.

Conheça mais sobre o IOS e confira os cursos disponíveis para sua região: ios.org.br

*Pollyana Rodrigues é coordenadora de responsabilidade social e líder da unidade do IOS de BH.

A PESSOA EM PRIMEIRO LUGAR

Jennifer Rodrigues*



Filha, irmã, amiga, noiva e profissional. Essa é Izabella dos Santos Lisboa. Ou Bella, como é conhecida pelos mais próximos. Ela tem 24 anos, suas cores favoritas são azul e branco. É a irmã mais velha de duas crianças em idade escolar. No tempo livre, Izabella gosta de cuidar dos irmãos e da casa. Atualmente, é colaboradora na MRV Engenharia, onde já foi promovida duas vezes. Ela define sua personalidade em três palavras: alegre, divertida e carinhosa. Segundo

ela, parte de seu jeito de ser tem muitas semelhanças com a natureza do pai. Izabella conta que, se ele está bravo, ela tende a ficar brava também.

Além disso, Izabella tem como característica a síndrome de Down. Desde 2015, é educanda do Mano Down, onde participa de atividades que preparam para um caminho de autonomia e destaque na sociedade.

Fotos: Kel de Paula

Instituto Mano Down

O trabalho do Instituto Mano Down teve início em 2011. O objetivo da organização é realizar inclusão das pessoas com deficiência intelectual na sociedade, por meio do desenvolvimento potencializado, promoção da autonomia, geração de oportunidades e inclusão efetiva entre pessoas com e sem deficiência. A atividade da instituição é pautada pela ética, transparência, criatividade com resultados e empatia para integração.

Saiba mais sobre o trabalho da organização:
manodown.com.br

Trabalho

Para ela, o trabalho é um ponto importante em sua vida. Sua primeira inserção no mercado de trabalho foi como recepcionista na MRV Engenharia. A partir daí, foi crescendo na empresa. “Pela experiência, fui promovida no trabalho. Fui primeiro para o departamento pessoal. Hoje, eu estou na cobrança financeira há seis meses”, contou Izabella.

Na sua função atual, ela já bateu as metas propostas duas vezes. “Eu fiz um monte de amigos, tenho um monte de chefes que eu amo. São amorosos, com eles

minha vida mudou por causa do meu dinheiro, minha vida mudou, graças a Deus. Eu fico feliz de estar ajudando a minha mãe a pagar tudo. Eu estou com esperança”, revelou.

O sonho da família

Quando questionada sobre como se vê daqui a 10 anos, Izabella foi direta: “Mãe. Quero ser mãe. Tenho três nomes já. O pai da minha mãe já morreu, então um vai se chamar José Augusto, porque era o nome do meu avô. Outro que minha mãe sugeriu foi Laura, mas, vai ser Maria Laura por causa da Maria, mãe de Deus. O outro minha sogra escolheu, Sol, pensei: vai ser Solange, Maria Solange”.

O desejo de construir uma família está sempre na mente de Izabella. No presente, esse sonho se articula na sua relação com os dois irmãos mais novos, Giovanna e Pedro. No dia a dia, Izabella participa ativamente dos cuidados dos irmãos. Ela conta com alegria dos momentos que divide com eles: “Eu cuidei da Giovanna primeiro, em 2012. Eu a amo, é uma menina linda, amorosa, minha irmã Giovanna. Cuidei dela muito bem. Eu acredito muito nela. Aí, em 2015, chegou o Pedro, e eu sou madrinha. Eu falei com minha mãe: ‘quero ser madrinha’, e ela me deu a oportunidade junto com meu primo. Eu cuido dos meus irmãos, o Pedro é o bagunceiro da casa”.



No último ano, Izabella ficou noiva de seu namorado, Luiz Augusto de Mendonça. O pedido foi feito no aniversário dela. “Ele pediu a minha mão para o meu pai e aí eu aceitei. Meu pai não gostou, e eu falei: ‘amor, vamos dar um presente pro meu pai’”, lembrou-se Bella. O pai dela é um grande apreciador de cachaça e ela deu essa dica para o namorado. “Aí meu namorado deu uma pinga pro meu pai e ganhou o coração dele”, brincou.

O papel do Terceiro Setor na consolidação dos sonhos

No finalzinho de setembro de 2015, Izabella iniciou sua trajetória como educanda do Mano Down. “Eu vim pra cá com minha mãe e minha vida mudou. Tanto em casa, quanto no trabalho, porque o traba-

lho é uma grande experiência na minha vida. Eu amo a minha vida. Então, mudou bastante tudo: namorar, casamento... Eu amo rotinas, eu gosto da minha rotina. Eu falo da minha rotina porque tenho sete anos de Mano Down, né, e fico feliz”, comentou Bella.

A instituição oferece várias atividades para trabalhar a autonomia. Entre elas, Izabella tem suas favoritas, como a culinária. “Tem muita comida que eu amo. Influência digital, eu gosto, gosto de yoga também. Capoeira foi há muito tempo atrás, meu tio Marcelo, né, faz capoeira, puxei ele,” afirmou a educanda.

Perguntada sobre o que gostaria de dizer para outras pessoas com deficiência que estão buscando protagonismo e autonomia em suas vidas pessoais e profissionais, ela disse: “Acredite nos seus sonhos”.



Sustentabilidade é não deixar ninguém para trás

As pessoas com deficiência ainda são, muitas vezes, excluídas do convívio social e estão fora do mercado de trabalho. Uma sociedade sustentável, justa e feliz se conquista quando todas as pessoas têm seus direitos garantidos e a oportunidade de realizar seus sonhos.

Como resultado de políticas públicas que determinam a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, do compromisso das Organizações da Sociedade Civil com a garantia de direitos e de famílias em oferecer oportunidades e suporte para o crescimento pessoal, histórias como a de Izabella são possíveis!

O artigo 8º do Estatuto da Pessoa com Deficiência determina que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

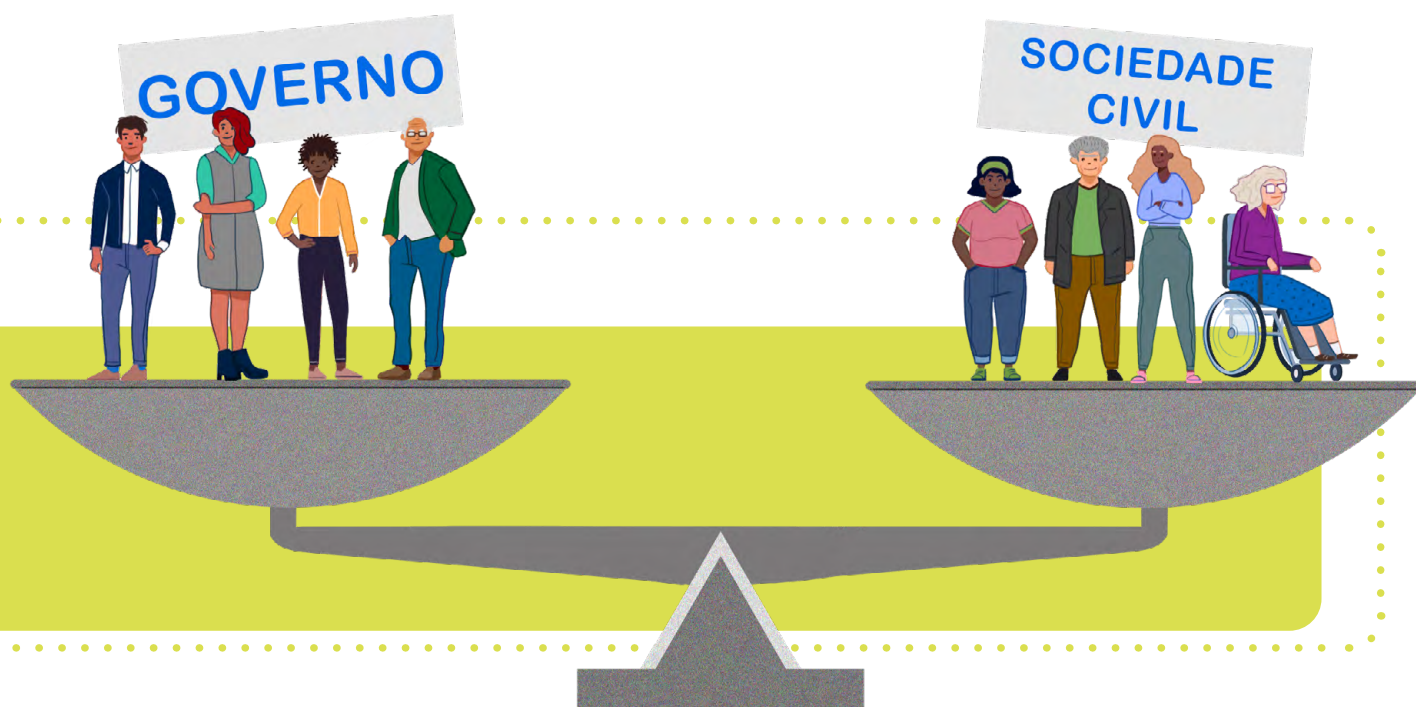
*Jênnifer Rodrigues é estudante de Jornalismo e estagiária na Nenhum Destes - Comunicação Social para o Terceiro Setor.



CONSELHO DE DIREITOS: MOBILIZAÇÃO, INOVAÇÃO E CONVERGÊNCIA

* Fábio Feitosa da Silva – Filósofo

* Marcelo Moreira de Oliveira – Relações Públicas



A criação dos Conselhos de Políticas Públicas é um dos grandes avanços garantidos pela Constituição Federal (CF) de 1988. Em seu artigo 193, parágrafo único - O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação

dessas políticas e, no artigo 204, inciso II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Com isso, o Controle Social no Brasil se consolida pelo marco legal das leis de criação dos Conselhos, sendo este um dos pilares para a consolidação da democracia.

Voltemos um pouco na história para contar sobre a mobilização social que aconteceu nos anos de 1986 e 1987, com a participação de estudantes, organizações da sociedade civil, professores, artistas e intelectuais, que organizaram movimentos por todo o Brasil para apresentar a proposta e articular a participação das pessoas num documento que contou com mais de 1,5 milhão de assinaturas, numa época distante dos recursos tecnológicos que temos hoje. Esse documento foi entregue aos deputados responsáveis pelo estudo e pela aprovação da Constituição. Ele foi o ponto de pressão para a inserção do artigo 227 na Constituição Federal que, posteriormente, em 1990, deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em 12 de outubro de 1991, é promulgada a Lei nº 8.242, que institui o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), dando materialidade ao disposto na CF pela garantia de direitos do público infante adolescente. A criação do CONANDA impulsiona os estados, Distrito Federal e municípios a criarem seus respectivos conselhos, garantindo em sua composição a participação paritária entre representantes do governo e das Organizações da Sociedade Civil. Começou, então, em todo

país, a mudança dos paradigmas de uma política de caridade para garantia de direitos.

Os Conselhos de Direitos dos municípios passam a ter o papel de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação a partir das orientações dos Conselhos Nacional e Estaduais, das suas diretrizes para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Você pode estar aí, matutando: “mas... então... os Conselhos têm a responsabilidade de apontar para o Executivo quais as diretrizes e prioridades para as políticas públicas municipais referentes ao público específico, bem como monitorar sua execução?”. Exato, os Conselhos têm o papel de aconselhar os gestores na construção de políticas efetivas e de qualidade.

Esse novo formato de participação social para incidência política potencializa a construção de políticas públicas mais efetivas e assertivas, a partir das contribuições dos representantes das organizações sociais presentes nos territórios, trazendo para o debate as diversidades existentes em nosso país, como: cultural, de gênero, étnico-racial, religiosa, geracional, regional, de nacionalidade, política, das pessoas com deficiências e das comunidades tradicionais.



FORTALECENDO OS CONSELHOS

Para os Conselhos cumprirem com sua função, sendo protagonistas dessa rede, é fundamental consolidar quatro eixos:

1 – Continuidade das diretrizes entre as gestões do CMDCA:

Sendo o Conselho um órgão que tem seu colegiado renovado periodicamente, de acordo com a regulamentação legal, faz-se importante que o plano de ação, elaborado no início de cada gestão, inclua os processos que estavam em andamento na gestão anterior, bem como o novo colegiado deve contar com o anterior no período de “transição”, esclarecendo eventuais dúvidas e proporcionando entendimento dos novos conselheiros das tramitações em andamento e suas prioridades.

2 – Capacitação continuada dos conselheiros e da rede:

A participação das pessoas nos Conselhos acontece de forma dinâmica e rotativa. Acontecem regularmente com a alternância das gestões. No entanto, também acontecem as substituições durante a gestão. Assim, é fundamental elaborar um plano de capacitação continuada dos conselheiros junto aos demais atores do SGD sobre os temas que dizem respeito ao atendimento de crianças e adolescentes, bem como temas que tratam da operacionalização e do orçamento das políticas públicas. Ou seja, como cada pessoa pode contribuir com a melhoria planejada e permanente das políticas e dos processos que possibilitam a garantia de direitos.





3 – Estrutura física e técnica para operacionalizar o trabalho:

O Conselho precisa contar com profissionais qualificados para dar suporte técnico e operacional para os conselheiros, além de estrutura física e equipamentos adequados para realizar as atividades regulares que compõem o seu cotidiano. A articulação com o Executivo para a manutenção do espaço adequado e da equipe técnica qualificada é decisiva para o pleno exercício das atribuições do Conselho.

4 – Convergência e gestão do Fundo da Infância e Adolescência - FIA:

O Conselho, como protagonista do Sistema de Garantia de Direitos, deve mobilizar os atores visando potencializar as ações. O tempo de uma gestão pode não ser o suficiente para implementar ações complexas, no entanto, é suficiente para iniciar processos para o desenvolvimento na rede e incidir nas peças orçamentárias como o Plano Plurianual – PPA e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Também é possível construir um fluxo entre os atores da rede e o Conselho para consolidação periódica de dados sobre o atendimento de crianças e adolescentes, dados que vão orientar a união de esforços pela superação de desafios e vulnerabilidades. Nesse sentido, o FIA é um impulsionador de boas práticas, apoiando, finan-

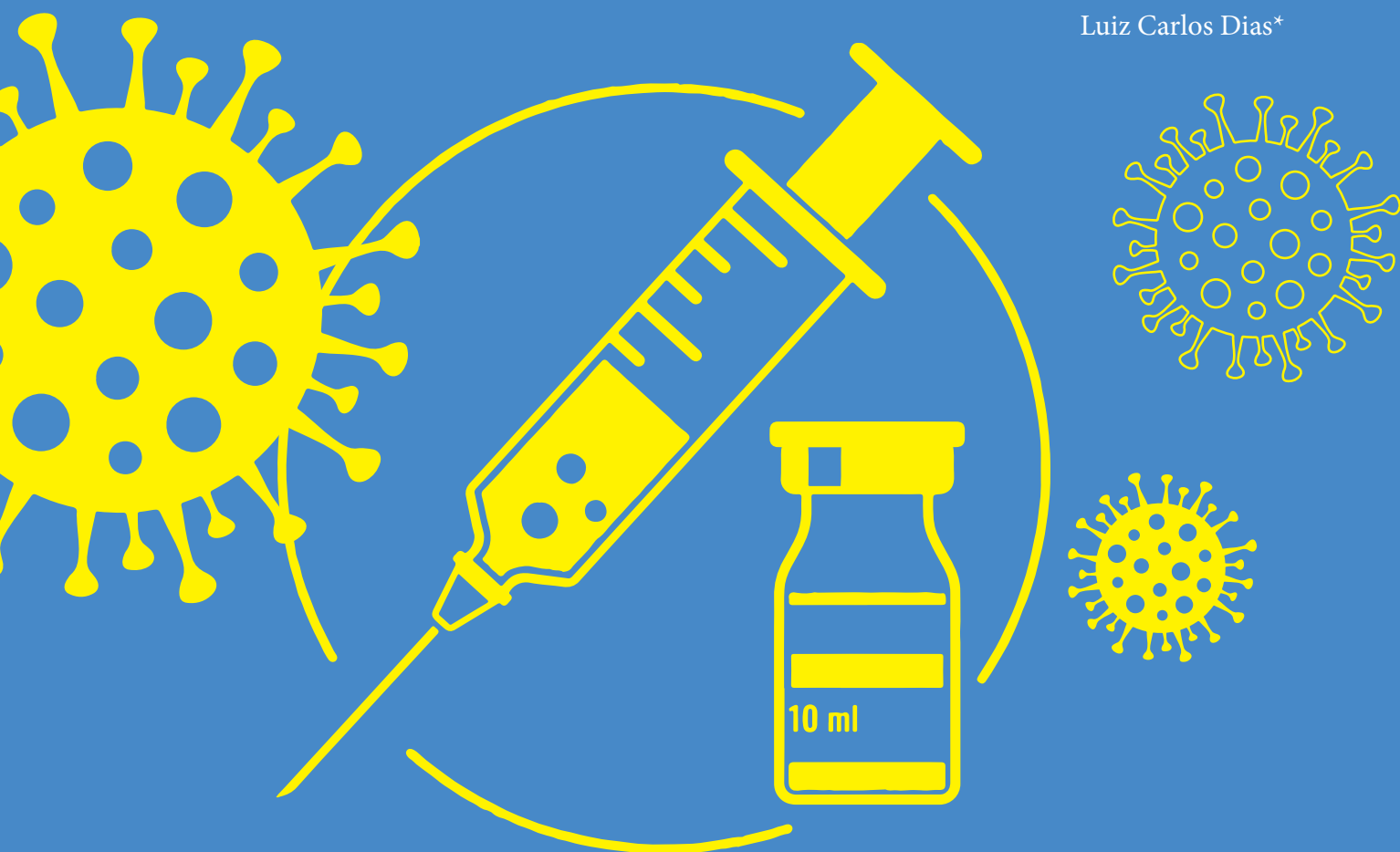
ceiramente, projetos que causem impacto nas políticas públicas desenvolvidas, seja no atendimento direto ou nos processos de apoio que compõem a rede, sempre a partir do conhecimento da realidade local em sintonia com as diretrizes e prioridades deliberadas pelo Conselho.

Por fim, os Conselhos são espaços efetivos, de ampla participação da sociedade civil organizada, órgãos governamentais, demais atores do SGD e de um esforço crescente para participação de crianças e adolescentes. Espaço que garante a discussão mais aprofundada referente às políticas públicas a partir das diversidades presentes, protagonizando a construção coletiva de instrumentos que favoreçam o monitoramento da execução das políticas. O Conselho é articulador por excelência de propostas que busquem ampliar as potencialidades de desenvolvimento, encontrar novos caminhos, criar metodologias e ser companhia na construção de um mundo mais justo, afetoso, comprometido e solidário.

* Diretores da empresa COGITARE – Assessoria, Consultoria e Treinamento. Atuam junto ao Sistema de Garantia de Direitos na construção e consolidação de processos eficazes, potencializando a efetividade das diversas políticas públicas para Crianças, Adolescentes e Pessoas Idosas.

A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO INFANTIL CONTRA A COVID-19

Luiz Carlos Dias*



A Anvisa aprovou a ampliação do uso da vacina de RNA mensageiro Comirnaty, da Pfizer/BioNTech, para imunização de crianças de 5 a 11 anos de idade contra a Covid-19 no dia 16 de dezembro de 2021, e o uso emergencial da vacina inativada CoronaVac em crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, no dia 20 de janeiro de 2022. A CoronaVac não foi recomendada para crianças imunossuprimidas, que devem tomar a vacina da Pfizer.

O Brasil iniciou a vacinação de crianças de 5 a 11 anos apenas no dia 14 de janeiro de 2022. O

Ministério da Saúde incluiu as vacinas pediátricas autorizadas pela Anvisa no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação (PNO) contra a Covid-19, mas não no Programa Nacional de Imunização (PNI), em que entrariam no calendário básico de vacinação das crianças. Por esse motivo, a pasta defende a não obrigatoriedade e que essa medida não fere o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde consta que a vacinação seria obrigatória quando recomendada pelas autoridades sanitárias.

As crianças estão em processo de formação, e incentivar a vacinação tem um caráter educativo e pedagógico.

Vacinas não são experimentais

As vacinas foram aprovadas como eficazes e seguras por todos os principais órgãos reguladores internacionais e com opinião favorável de todas as sociedades médicas brasileiras. Uma vez aprovadas pelas agências reguladoras, as vacinas deixam de ser experimentais e continuam sendo monitoradas na fase de farmacovigilância, após aplicação em milhões de crianças em vários países. As vacinas são investigadas com muito rigor e as duas vacinas pediátricas aprovadas pela Anvisa são seguras e efetivas quando aplicadas em seres humanos e comprovadamente evitam casos graves, hospitalizações e óbitos.

Movimento antivacinas

A prioridade no início da pandemia era vacinar os grupos mais vulneráveis, como idosos, imunossuprimidos e com comorbidades, que, quando infectados, têm os piores desfechos. Como hoje esses grupos estão mais protegidos, é fundamental vacinar as crianças. Desde a aprovação pela Anvisa, nós estamos sendo bombardeados com a difusão de notícias falsas e teorias da conspiração com o objetivo de boicotar a vacinação infantil. O movimento antivacinas teve um crescimento assustador no período da pandemia. Apesar de não ser um movimento contra as principais vacinas do calendário infantil e ser mais localizado nas vacinas contra a Covid-19, pode levar a perdas irreparáveis em futuras campanhas de vacinação em massa. Nós precisamos superar os discursos negacionistas e combater o movimento antivacinas e uma das maiores campanhas de desinformação da nossa história. Nós não podemos correr riscos de perder décadas de progresso no combate a doenças que podem ser prevenidas por vacinas. Essas notícias mentirosas provocam medo e incerteza sobre a eficácia e a segurança das vacinas e levam à resistência dos pais e responsáveis. O brasileiro sempre aderiu às campanhas de vacinação e certamente isso foi preponderante para a boa adesão da população às vacinas contra a Covid. O PNI tem enorme capilaridade e é um exemplo para os países com mais de 100 milhões de habitantes. Nós temos que aproveitar a



tradição e o legado do país em vacinar e precisamos levar informação correta para a sociedade brasileira, salientando a segurança e a eficácia e que os benefícios da vacinação contra a Covid superam muito os eventuais riscos. Nós temos vacinas efetivas contra a Covid-19, mas não temos vacinas informacionais contra o vírus da desinformação e das fake news.

Baixa adesão e heterogeneidade na vacinação contra a Covid-19

Existe uma grande heterogeneidade regional no país, indicativo de que a vulnerabilidade social tem impacto determinante na vacinação infantil. Em virtude das enormes desigualdades sociais, nós temos grandes diferenças na cobertura vacinal, que é maior nos estados com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e melhores indicadores de renda e de condições de atenção primária. Claramente, faltaram campanhas de comunicação para conscientização e esclarecimento da população brasileira por parte do Ministério da Saúde, que deveria encarar a imunização como uma prioridade, estimulando os pais a aderirem à vacinação de seus filhos contra a Covid-19. É fundamental aumentar a cobertura vacinal para evitar que o vírus se espalhe nos bolsões de crianças não vacinadas.

Enquanto houver pessoas não vacinadas, é grande o risco do vírus Sars-CoV-2 se propagar e surgirem novas variantes, que podem ser mais perigosas para nossas crianças.





As principais campanhas de imunização infantil tiveram uma redução considerável em termos de adesão e, desde 2015, o Brasil não consegue atingir as metas de cobertura das vacinas infantis. Há alguns anos, nem se cogitava o surgimento dos grupos antivacinas, então não podemos atribuir todo o problema a isso. Há diferentes razões para a queda na vacinação, entre elas, políticas, religiosas, falta de acesso às vacinas, além de que as vacinas podem estar sendo vítimas do próprio sucesso. As vacinas são tão eficientes em controlar doenças que muita gente acredita que essas doenças não existem mais e acabam não vacinando seus filhos. As vacinas salvam milhões de vidas e erradicam ou mantêm doenças sob controle. A varíola foi erradicada graças a uma vacina e doenças como sarampo e rubéola vinham sendo controladas devido às campanhas de imunização em massa. Com a queda na cobertura vacinal, o Brasil viveu um surto de sarampo em 2018 e perdeu o certificado internacional de erradicação da

doença. Nós estamos aqui graças às vacinas, alimentação, antibióticos, saneamento básico, esgoto tratado e água potável – nossas melhores ferramentas de saúde pública.

Temos que temer o vírus que mata e causa sequelas

A Covid-19 é muito perigosa, mata mais que todas as outras doenças preveníveis por vacinas, juntas. Crianças podem ser infectadas pelo vírus, podem precisar de hospitalização, ter casos de Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P), apresentar Covid longa, podem ter transtornos psiquiátricos e sequelas respiratórias, neurológicas e cardiovasculares irreversíveis, podem transmitir o vírus para outras pessoas com comorbidades que moram no mesmo lar e crianças podem morrer.

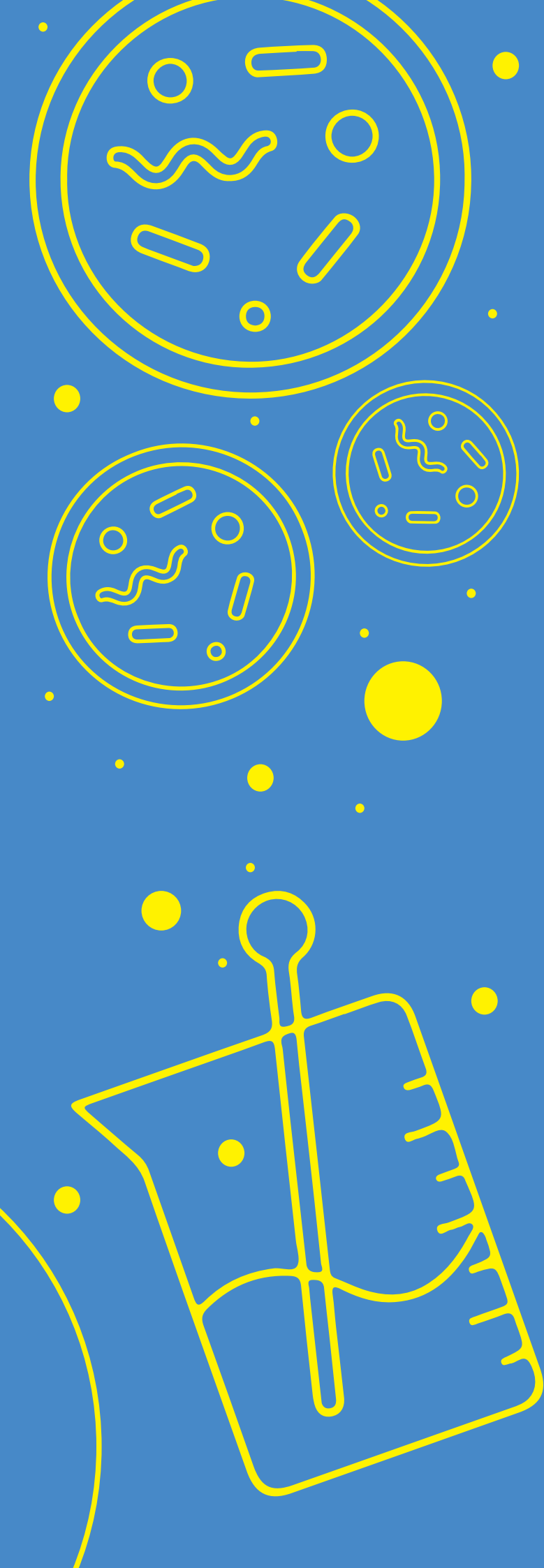
Precisamos vacinar mais rapidamente

Quanto maior o número de crianças imunizadas, maior será a proteção das crianças que não podem ser vacinadas e maior será a proteção de toda a população. E precisamos defender a adoção de medidas e ações de esclarecimento da sociedade que traduzam os enormes benefícios individuais e coletivos da vacinação. Não é verdade que o risco de efeitos adversos das vacinas seja alto para crianças e adolescentes. São raros os casos de efeitos adversos e, em sua maioria, são eventos leves que não levam a hospitalizações, a problemas de longo prazo ou ao óbito. Os defensores das teorias da conspiração também espalham que as vacinas estão causando miocardite em crianças e adolescentes. Autoridades de saúde do mundo inteiro defendem que o risco de miocardite causada pela infecção com o vírus selvagem é muitas vezes maior do que o associado à vacina.

A pandemia de Covid-19 ainda não acabou, a variante ômicron é muito transmissível e levou a um aumento na quantidade de crianças infectadas e hospitalizadas. O percentual de casos mais graves é maior entre os não vacinados ou imunizados parcialmente

com uma dose. A população brasileira precisa entender os riscos de não vacinar nossas crianças contra a Covid-19, deixando-as expostas ao vírus. Nós precisamos de um grande número de vacinados para diminuir a disseminação e espalhamento do vírus, protegendo quem não pode se vacinar, independentemente do motivo. As vacinas não evitam a infecção, mas caso sejam infectadas, pessoas vacinadas têm casos mais leves, têm mais chance de não precisar de hospitalização, de internação em UTI e de não evoluir para óbito. O vírus sofre menos mutações em pessoas vacinadas. Vacinados se curam mais rapidamente e têm mais chances de não ter Covid longa e sequelas irreversíveis. A vacinação hoje é considerada prioridade para o controle da pandemia, mas as medidas não farmacológicas continuam sendo importantes. O distanciamento físico e o uso de máscaras, evitando locais fechados e com pouca ventilação são importantes meios de redução da exposição e infecção pelo vírus. É essencial acelerar rapidamente a aplicação da dose de reforço para a população acima de 18 anos e a vacinação de crianças, colocando em prática estratégias de busca ativa por pessoas que ainda não iniciaram ou não completaram seus esquemas vacinais, fazer campanhas nacionais de conscientização da sociedade, incentivando a vacinação, e reforçar os benefícios das medidas não farmacológicas.





Vacinas protegem

O objetivo da primeira geração de imunizantes contra a Covid-19 nunca foi prevenir a infecção pelo coronavírus, mas evitar que o quadro evoluísse para as formas mais graves da doença. A ômicron diminuiu a eficácia das vacinas e infecta quem já teve Covid e se recuperou. As pessoas com duas doses do imunizante permanecem protegidas e uma dose de reforço melhora drasticamente a proteção. Apesar de ainda não impedir a infecção, as vacinas estão funcionando para prevenir hospitalizações e óbitos.

A ômicron aumenta o número de infectados, como temos muitas pessoas vacinadas, elas também podem ser infectadas, mas o aumento de casos graves e óbitos está ocorrendo em não vacinados. Com essa variante, basta uma pequena quantidade de vírus no ar para infectar as pessoas próximas. As pessoas que foram infectadas previamente e que tomaram vacinas posteriormente desenvolvem uma resposta imune potente e duradoura maior do que pessoas somente infectadas. Nós estamos vencendo os antivacinas e o vírus em um momento de total flexibilização no uso das medidas não farmacológicas, em que só as vacinas estão segurando as pontas. Vamos ouvir o desejo de nossas crianças: elas querem ser vacinadas contra a Covid-19!*

*Luiz Carlos Dias é Professor Titular da Unicamp, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, membro Titular da Academia de Ciências do Estado de São Paulo, Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico e membro da Força-Tarefa da Unicamp no combate à Covid-19.

**Texto escrito em fevereiro de 2022.

VALOR COMPARTILHADO

REALIZAÇÃO



APOIO



COOPERAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO E
MORADA HUMANA



cemaismg.org.br



[cemaismg.org.br](https://www.instagram.com/cemaismg)



[CeMAISMG](https://www.facebook.com/CeMAISMG)



[/company/cemaismg/](https://www.linkedin.com/company/cemaismg/)



[CeMAISMG](https://www.youtube.com/CeMAISMG)

REALIZAÇÃO



FOMENTO



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

DESTINAÇÃO



Esta edição da Revista Valor Compartilhado foi financiada pelo projeto Fomentando as OSCs em Prol das Crianças e Adolescentes de Belo Horizonte, realizado pelo CeMAIS, com fomento do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte e Prefeitura de Belo Horizonte e destinação das empresas Vale e Cemig.